

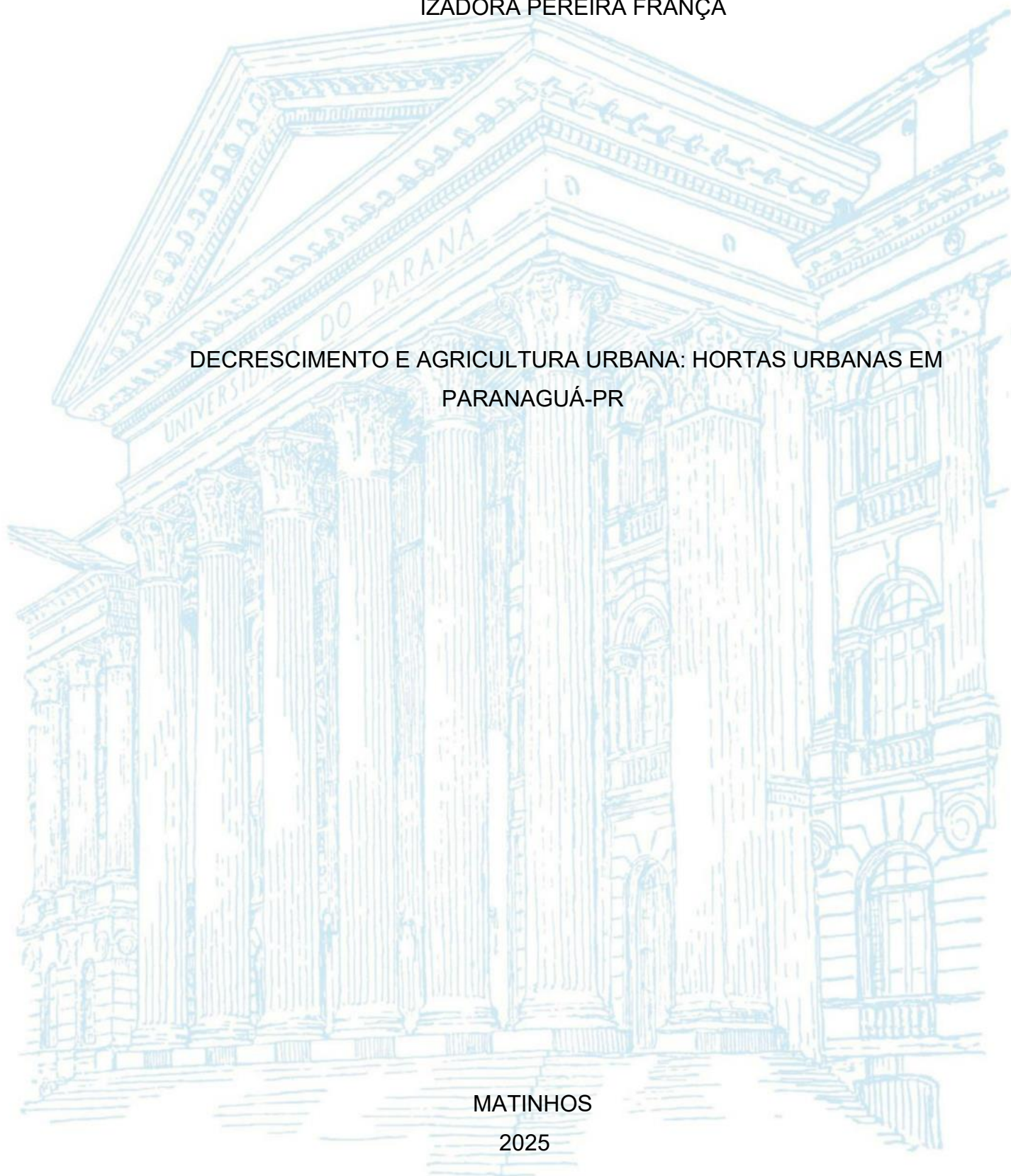
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IZADORA PEREIRA FRANÇA

DECRESCIMENTO E AGRICULTURA URBANA: HORTAS URBANAS EM
PARANAGUÁ-PR

MATINHOS

2025



IZADORA PEREIRA FRANÇA

DECRESCIMENTO E AGRICULTURA URBANA: HORTAS URBANAS EM
PARANAGUÁ-PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de Graduação em Ciências Ambientais, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

MATINHOS
2025

TERMO DE APROVAÇÃO

IZADORA PEREIRA FRANÇA

DECRESCIMENTO E AGRICULTURA URBANA: HORTAS URBANAS EM
PARANAGUÁ-PR

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Ambientais, Setor de Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin
Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná

Dra. Jéssica Puhl Croda
Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Diomar Augusto de Quadros
Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná

Matinhos, 09 de dezembro de 2025

RESUMO

A agricultura urbana é uma atividade que pode ser utilizada como uma estratégia relevante frente aos impactos do processo de urbanização e à insegurança alimentar no meio urbano. Por meio de projetos e iniciativas de hortas urbanas, a agricultura urbana desempenham um papel importante como ferramentas de ação social, ao promoverem o acesso a alimentos, o fortalecimento de vínculos comunitários e o apoio a populações em situação de vulnerabilidade social e econômica. Nesse contexto, este trabalho analisa a agricultura urbana enquanto prática associada ao decrescimento, estabelecendo um diálogo entre seus potenciais socioeconômicos e ambientais e a proposta dos oito “R’s” formulada por Serge Latouche. Como processo metodológico, na primeira parte foi realizada uma revisão bibliográfica, e na segunda parte foi realizada uma investigação empírica, adotando uma abordagem qualitativa, buscando entender como a agricultura urbana, a partir da perspectiva das experiências de agricultura urbana dos moradores de Paranaguá, podem ser relacionadas com a proposta de decrescimento. Dentre as conclusões, verificou-se que a agricultura urbana apresenta múltiplas funções que vão além da produção de alimentos, alinhando-se aos princípios do decrescimento ao promover a segurança e autonomia alimentar (relocalizar), a resignificação da relação sociedade-natureza (reavaliar) e práticas de redução, reutilização e reciclagem de resíduos (reduzir, reutilizar e reciclar).

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Segurança Alimentar; Autonomia Alimentar; Socioeconomia.

ABSTRACT

Urban agriculture is an activity that can be used as a relevant strategy to address the impacts of the urbanization process and food insecurity in urban areas. Through projects and initiatives such as urban gardens, urban agriculture plays an important role as a social action tool by promoting access to food, strengthening community ties, and supporting socially and economically vulnerable populations. In this context, this study analyzes urban agriculture as a practice associated with degrowth, establishing a dialogue between its socioeconomic and environmental potentials and the proposal of the eight “R’s” formulated by Serge Latouche. Methodologically, the research was conducted in two stages: first, a bibliographic review was carried out, followed by an empirical investigation adopting a qualitative approach. This stage sought to understand how urban agriculture, from the perspective of the experiences of residents of Paranaguá, can be related to the degrowth proposal. The findings indicate that urban agriculture performs multiple functions that go beyond food production, aligning with the principles of degrowth by promoting food security and autonomy (relocalize), the re-signification of the society–nature relationship (re-evaluate), and practices of waste reduction, reuse, and recycling (reduce, reuse, and recycle).

Keywords: Urban Agriculture; Food Security; Food Autonomy; Socioeconomic.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	PERGUNTA DA PESQUISA	9
1.2	OBJETIVOS	9
1.2.1	Objetivo geral.....	9
1.2.2	Objetivos específicos.....	9
2	METODOLOGIA	10
2.1	ÁREA DE ESTUDO	11
3	A AGRICULTURA URBANA E SUA IMPORTÂNCIA NO ECOSISTEMA URBANO	15
3.1	HORTAS DOMÉSTICAS.....	19
3.2	HORTAS COMUNITÁRIAS.....	20
3.3	CONTRIBUIÇÕES DA AGRICULTURA URBANA PARA A SOBERANIA ALIMENTAR	22
4	DECRESCIMENTO: REPENSAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO	25
4.1	DECRESCIMENTO COMO PROJETO LOCAL	29
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
5.1	LEIS MUNICIPAIS DE INCENTIVO A HORTAS E AGRICULTURA URBANA EM PARANAGUÁ-PR	41
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
7	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICE - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	51

1 INTRODUÇÃO

Os problemas sociais, econômicos e ambientais presentes no meio urbano são em decorrência de ações antrópicas como o desmatamento, exploração dos recursos naturais, industrialização e relacionadas ao processo de urbanização, o que gera inúmeras consequências, como a alta emissão de gases poluentes, perda de biodiversidade e o agravamento das mudanças climáticas. De Oliveira e Milioli (2015), discorre sobre as relações e interações entre a sociedade, o desenvolvimento e o meio ambiente no ecossistema urbano, como estratégia para a criação de cidades e sociedades com bases sustentáveis.

Ademais, essas consequências das ações humanas sobre o planeta, como o aumento da temperatura média do planeta e a degradação do ambiente natural, afetam a vida e a saúde da população. Como aponta o relatório especial do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*), Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climática, publicado em 2018, que alertava para eventos de climas extremos com o aumento da temperatura média global entre 1,5 °C e 2 °C. Destaca-se que esses fenômenos extremos ligados as mudanças climáticas podem afetar a produção de alimento e conseqüentemente o aumento da insegurança alimentar no Brasil e no mundo. Dessa forma, a agricultura urbana pode atuar como uma estratégia sustentável e acessível para o enfrentamento as consequências das mudanças climáticas (IPCC, 2018).

O debate acerca da sustentabilidade e cidades verdes vem aumentando nas últimas décadas, tornando a Agricultura Urbana (AU) cada vez mais interessante por sua versatilidade e benefícios. Rodrigues (2013) comenta acerca dos desafios diante das eventuais consequências da crise climática, resultado do aquecimento global, e apresenta a prática de agricultura no ambiente urbano como um meio alternativo que compreende uma variedade de sistemas. Trata-se de uma atividade que impacta de maneira positiva aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A AU é definida por Mougeot (2000) como um espaço destinado a práticas agrícola no perímetro urbano, e estabelece como uma das principais característica sua integração com o sistema econômico e ecológico urbano. Essa relação é apontada por Oliveira (2019), salientando a dinâmica que há entre a AU e a economia, e comenta que em países industrializados essa atividade é mais difundida e integrada

ao sistema produtivo, enquanto em países menos industrializados, ela atua como um complemento a fonte de renda para populações mais carentes.

Trata-se de um modelo de agricultura diversificado, e dentre essas, há a chamada agricultura urbana familiar, onde há uma administração doméstica que a princípio visa atender as necessidades dos membros do grupo familiar. Como abordado por Roa (2021), a agricultura familiar, em ambiente urbano, garante não apenas a segurança alimentar, mas também o sustento das famílias.

Outra modalidade são hortas de base comunitária, que, como destacado por Oliveira (2019), se utiliza de espaços, públicos ou privados, para a produção de alimento. Sendo as motivações para sua construção diversas, porém, geralmente surgem da necessidade de integrar-se a uma atividade próxima ao local onde vive a pessoa, normalmente em locais desocupados ou áreas degradadas. A AU transforma a paisagem das cidades e proporciona mais áreas verdes ao ambiente urbano.

Diante dessas potencialidades que a AU apresenta, torna-se relevante colocar em perspectiva a prática da AU à luz do decrescimento. Conforme proposto por Latouche (2009), o decrescimento não se refere a um retrocesso econômico ou à negação do progresso, mas sim à construção de uma sociedade mais justa, resiliente. Trata-se de um paradigma que questiona o consumismo excessivo e propõe uma reorganização dos modos de vida, valorizando a simplicidade voluntária, o fortalecimento das economias locais e a autonomia das comunidades.

Essa proposta está apoiada no que Latouche (2009) denomina como o círculo virtuoso dos oito R's: reavaliar, reconceituar, reestruturar, relocalizar, redistribuir, reduzir, reutilizar e reciclar. Tais princípios dialogam diretamente com as práticas de agricultura urbana, que envolvem a produção local de alimentos, o aproveitamento de resíduos orgânicos e o fortalecimento de vínculos sociais. Ao estabelecer essa conexão, o presente trabalho busca analisar não apenas os aspectos socioambientais da agricultura urbana, mas também os seus potenciais socioeconômicos, que Latouche (2009) propõe como um projeto local de decrescimento.

No contexto do município de Paranaguá, do estado do Paraná, em sua legislação, possui iniciativas voltadas à promoção de hortas comunitárias, como previstas na Lei Municipal nº 4.319/2022, que institui programas de incentivo à implantação de hortas e compostagem (PARANAGUÁ, 2023). Contudo, nesse estudo, a investigação concentrou-se em hortas de iniciativa individual, selecionadas por meio

da técnica bola de neve, visando compreender as práticas de agricultura urbana diretamente relacionadas às experiências dos moradores e como se relacionam com os princípios do decrescimento.

1.1 PERGUNTA DA PESQUISA

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: A agricultura urbana pode ser analisada sob a perspectiva do decrescimento, considerando a experiência dos moradores de Paranaguá-PR?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as práticas e impactos da agricultura urbana, sob a perspectiva do decrescimento, visando sua relevância socioeconômica e ambiental, no município de Paranaguá-PR.

1.2.2 Objetivos específicos

- I. Analisar a relevância, impactos socioeconômicos e as modalidades da agricultura urbana, considerando aspectos como geração de renda e autonomia alimentar;
- II. Apresentar o conceito de decrescimento e discutir suas possíveis contribuições para a agricultura urbana;
- III. Relatar experiências em agricultura urbana em Paranaguá, considerando a perspectiva do decrescimento;

2 METODOLOGIA

Este trabalho teve como foco de analisar a agricultura urbana como uma alternativa de decrescimento, com ênfase nos desafios socioambientais e no potencial dessa prática como alternativa socioeconômica. A primeira parte da pesquisa foi conduzida a partir de uma revisão bibliográfica abrangente. De acordo com Gil (2008), as pesquisas bibliográficas são aquelas que se baseiam em materiais previamente publicados, como livros e artigos científicos. Foi abordado nessa etapa os principais conceitos de agricultura urbana, como se insere no ambiente urbano e seus potenciais socioambientais e socioeconômicos, ademais introduzindo o paradigma do decrescimento.

Para a coleta dos materiais utilizados na revisão bibliográfica realizada neste trabalho, foram utilizadas as seguintes bases de dados: Google Acadêmico e SciELO. A busca de dados se deu por meio de combinações entre as seguintes palavras-chave: “agricultura urbana”; “hortas urbanas”; “sustentabilidade urbana”; “horta comunitária”; “agricultura urbana”; “segurança alimentar”; “soberania alimentar” “mudanças climáticas”; “socioambiental”; “sustentabilidade”; “socioeconomia”; “decrescimento”.

Na segunda parte, foi realizada uma investigação empírica, analisando como as propostas do decrescimento se manifestam na prática da agricultura urbana, a partir da perspectiva de um grupo específico de moradores de Paranaguá-PR, selecionados a partir da técnica bola de neve. Adotando uma abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2001), permite explorar e interpretar os significados atribuídos pelos indivíduos às suas experiências e vivências. Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com o intuito de coletar informações sobre como as iniciativas de agricultura urbana são vivenciadas e contribuem para o bem-estar, acesso ao alimento e como fonte alternativa de renda.

A identificação desses agricultores urbanos ocorreu por meio da técnica bola de neve que Dewes (2013, p.10) descreve como “pressupõe que há uma ligação entre os membros da população dado pela característica de interesse, isto é, os membros da população são capazes de identificar outros membros da mesma”. Dewes (2013) salienta que é um método que beneficia a abordagem qualitativa. Como apresenta Bogdan e Biklen (1994, p. 48), sobre a investigação qualitativa, “[...] ações podem ser

mais bem compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência.” Dessa forma, é possível compreender a perspectiva dos entrevistados sobre o tema. Sendo assim, a seleção iniciou-se com familiares da pesquisadora, que indicaram outros participantes que atendiam aos critérios da pesquisa, formando uma rede de indicações sucessivas.

2.1 ÁREA DE ESTUDO

Localizada na região litorânea do estado do Paraná, o município de Paranaguá está situado no bioma Mata Atlântica, e possui um território total de 822,838 km², sendo que aproximadamente 39 km² correspondem à área urbana (IBGE, 2022a). Desempenhando um papel de destaque nacional, principalmente por abrigar em sua baía o Porto Dom Pedro II, um dos mais importantes do Brasil em termos de movimentação de cargas, com área industrial destinado a atividades relacionados ao porto em expansão (Tonetti, 2012).

No que se refere ao processo de urbanização do município, de acordo com Tonetti *et al.* (2012) com o crescimento exponencial do porto e principalmente com aumento da exportação de café na década de 1950, houve uma intensa migração das populações do campo e outras regiões, o que resultou em um desequilíbrio social e espacial no município. De acordo com Caneparo (2000) Isso se agravou com a crise do café na década de 1960, quando o desemprego aumentou. Posteriormente, com o estímulo à produção de grão, como soja e trigo, no Paraná, as instalações dos portos foram ampliadas e remodeladas, passando a ser operadas com maquinários, o que substituiu a mão de obra, aumentando ainda mais o desemprego e os problemas sociais na cidade, o que resultou em uma ocupação horizontal da área urbanizada, ocupando áreas de manguezal, restinga e margens de rios. (Caneparo, 2000; Tonetti *et al.* 2012).

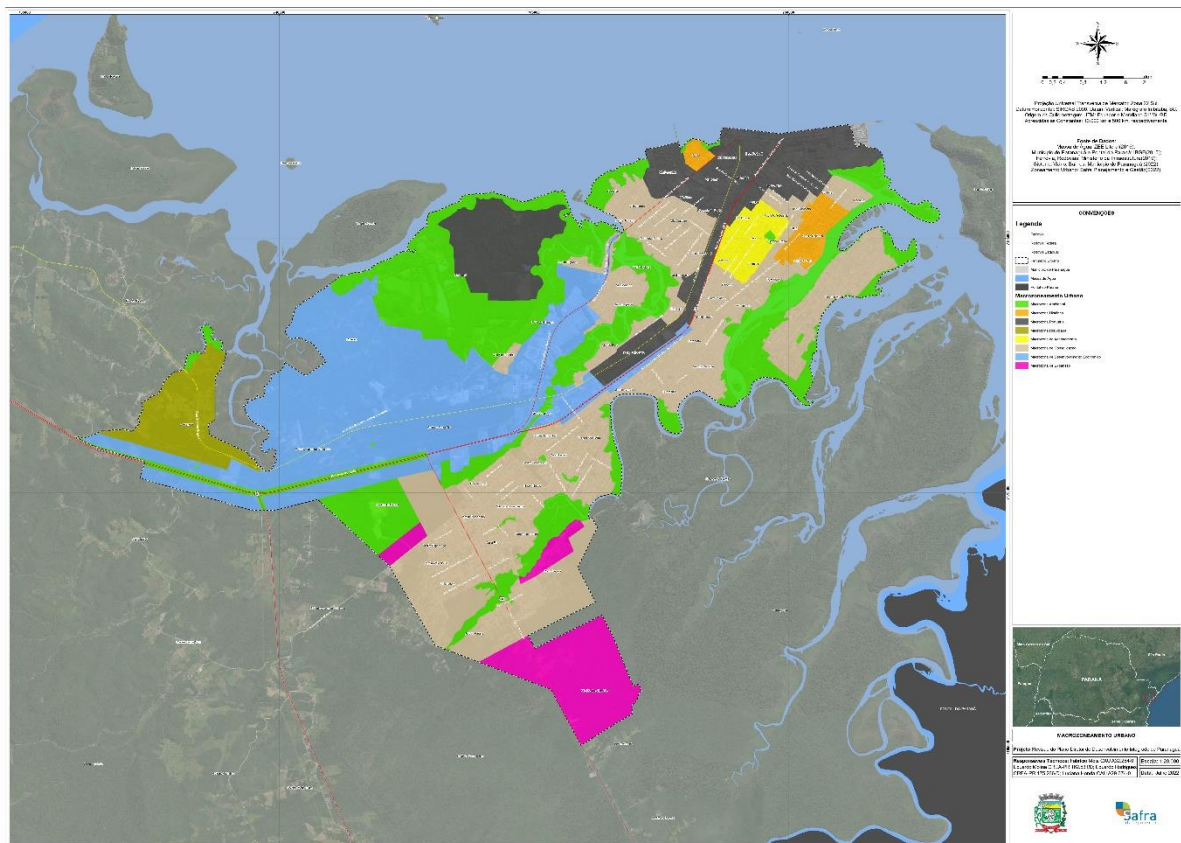
No que se refere às áreas verdes do município, um estudo realizado em 2012 por Tonetti *et al.* (2012) aponta que as áreas verdes e os espaços livres de uso público no município totalizavam 155.823,1 m², o que correspondia a apenas 1,33% da área total e a um índice aproximado de 3 m² por habitante. Segundo os autores, esses valores estavam muito abaixo daqueles recomendados pela literatura internacional,

que sugere percentuais próximos a 40% para áreas livres e cerca de 30 m² por habitante para espaços públicos amplos e acessíveis.

Em relação à existência de hortas comunitárias no município, foi realizada uma busca em bases acadêmicas, no entanto, não foram identificados estudos que apontassem a existência formal de hortas urbanas em Paranaguá.

Para a delimitação entre áreas urbanas e rurais do município foi considerado os dados oficiais, do Plano Diretor Municipal. Para a representação espacial dessas áreas, foi utilizado o mapa de macrozoneamento urbano, por delimitar o perímetro urbanas (Figura 1). Com as entrevistas sendo realizadas nos bairros localizados na área de consolidação urbana.

FIGURA 1 – MAPA DE MACROZONEAMENTO URBANO DE PARANAGUÁ, PARANÁ.

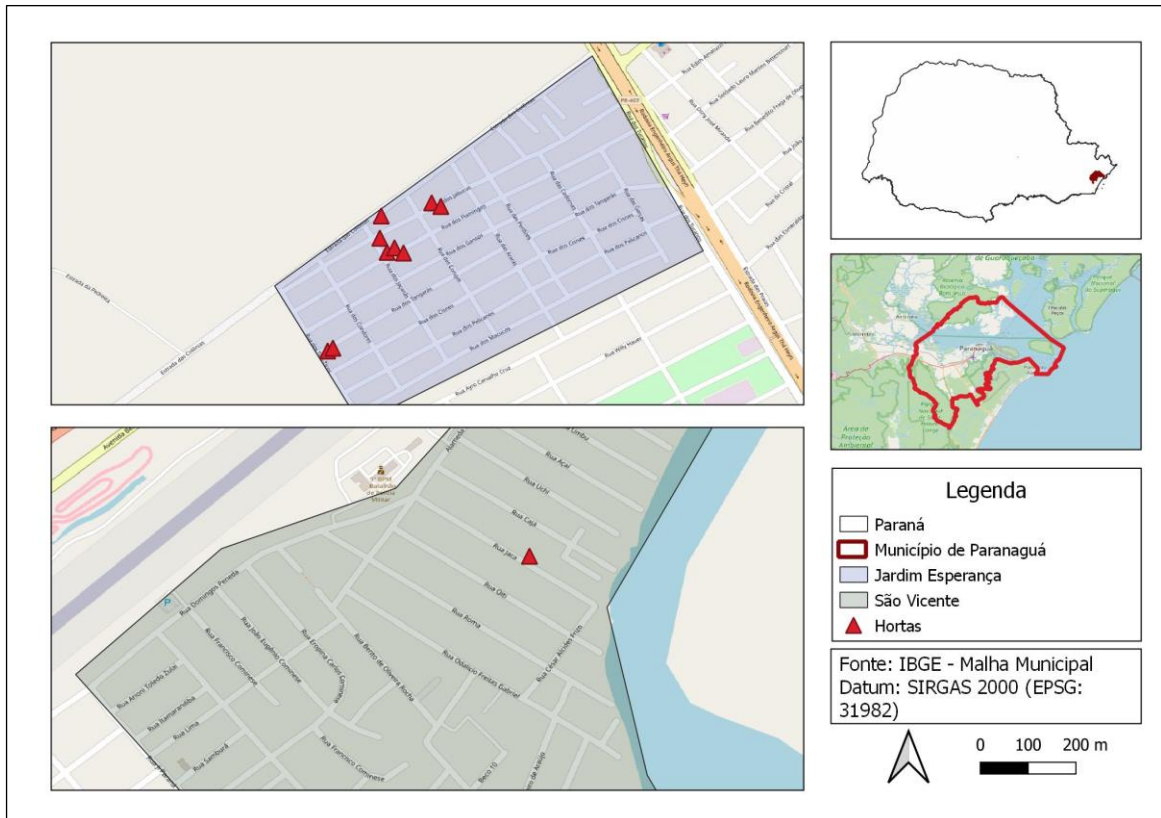


FONTE: Plano Diretor Municipal de Paranaguá (PARANAGUÁ, 2022).

As escolhas dos bairros analisados ocorreram de forma progressiva, por meio da técnica de amostragem bola de neve (Figura 2). O recorte inicial partiu do bairro da pesquisadora, expandindo-se para outro bairro a partir das indicações dos próprios participantes da pesquisa. Os bairros foram caracterizados quanto à sua localização

no município, considerando sua inserção em áreas urbanas, com base no zoneamento urbano identificados no Plano Diretor Municipal.

FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS HORTAS URBANAS ESTUDAS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, PARANÁ, 2025.



FONTE: A autora (2025).

As entrevistas foram realizadas predominantemente nos Bairros Jardim Esperança e São Vicente (Figura 2). A pesquisa, de caráter qualitativo, conforme destaca Minayo (2001, p.48), não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade: “A boa seleção dos sujeitos ou casos a serem incluídos no estudo é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”. Portanto, a amostra de sujeitos, composta pelos moradores de ambos os bairros, teve por finalidade investigar como essas práticas influenciam seu cotidiano e suas implicações no contexto da pesquisa.

A escolha dos bairros não foi previamente delimitada. A pesquisa iniciou no bairro Jardim Esperança, local de residência da pesquisadora, e a partir desse ponto, por meio da técnica de amostragem em bola de neve, os contatos iniciais indicaram

outros participantes, com um deles sendo residente em um bairro distinto, ampliando o campo da pesquisa.

No Bairro Jardim Esperança as entrevistas foram realizadas presencialmente, contando com nove participantes e uma entrevista ocorreu de forma remota com um morador do Bairro São Vicente, que, devido ao horário de trabalho, respondeu o questionário pelo *WhatsApp*. Totalizou-se dez entrevistas, que ocorreram no mês de junho de 2025.

A saída a campo foi realizada principalmente nos finais de semana, onde foi possível encontrar em contato com mais pessoas do que durante a semana. As entrevistas foram realizadas por meio de dispositivo móvel, com gravação exclusivamente em áudio. Todos os participantes foram previamente informados sobre os procedimentos da pesquisa e consentiram com a gravação das entrevistas, bem como com o registro fotográfico das hortas, garantindo-se a preservação do anonimato.

Ao final de cada entrevista, foi aplicado a técnica bola de neve, perguntando se eles tinham o conhecimento de algum vizinho ou familiar próximo, que possuíssem em suas residências alguma horta para participar da pesquisa. Por conseguinte, aqueles que afirmaram conhecer alguém, indicavam a residência dessas pessoas e, quando se encontravam na mesma rua, se dispunham a ir pessoalmente e incentivar a pessoa a participar da entrevista. Por fim, para preservar o anonimato dos participantes, os entrevistados foram identificados por códigos alfanuméricos, de P1 a P10, os quais também são utilizados na identificação de suas falas ao longo do texto.

3 A AGRICULTURA URBANA E SUA IMPORTÂNCIA NO ECOSISTEMA URBANO

Nas décadas entre 1960 e 1980, a população urbana, mundial, cresceu mais, em relação à rural. Santos (1993), explica esse fenômeno como o resultado da aceleração do processo de industrialização ocasionado pelo fim da Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma, De Oliveira e Gonçalves (2019), comenta acerca desse processo, no contexto da Inglaterra e Estados Unidos, que motivou um grande êxodo rural e, por consequência, um intenso crescimento demográfico nas áreas urbanas.

Lovo (2011), defende que essa migração ocorreu proveniente da expectativa de melhor qualidade de vida que a modernidade poderia oferecer e, junto disso, trouxeram seus hábitos e cultura do campo. Contudo, ao chegar nas grandes cidades o que receberam foi trabalho precário, enquanto a burguesia usufruía das riquezas que a industrialização proporcionava.

Girardi (2008), descreve um fenômeno similar no Brasil, que como consequência dos processos de industrialização e modernização da agricultura, a partir da década de 1960, a população deixou de ser predominantemente rural. Segundo o autor, a população urbana brasileira em 1950 era de 18.782.891 habitantes, em um total de 51.944.397 habitantes. A partir desses dados, estima-se que cerca de 36,2% da população residia em áreas urbanas naquele período. Em contraste, segundo o Censo Demográfico de 2022, 87,4% da população brasileira reside atualmente em áreas urbanas (IBGE, 2022b).

Não obstante, como apontam Léna e Nascimento (2012), a expansão das atividades econômicas têm grande responsabilidade pelas crises ecológicas, econômicas e sociais, principalmente pela exploração exagerada da natureza. Os processos da expansão industrial e o sistema econômico vigente, têm resultado no aumento da temperatura média do planeta, que vem agravando as mudanças climáticas e fazendo crescer o número de eventos extremos. E em decorrência disso, os centros urbanos estão cada vez mais vulneráveis (De Oliveira, 2021).

De acordo com os dados apresentados pelo relatório *Global Warming of 1.5°C* (IPCC, 2018), apontam que as atividades humanas estão diretamente ligadas ao aumento das emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, com a temperatura média do planeta subindo em 1,1 °C comparada a períodos pré-industriais. Esse

aquecimento tem se intensificado desde 1971, afetando não apenas a atmosfera como também a terra e o oceano.

O mesmo relatório (IPCC, 2018), destaca que a vulnerabilidade humana está diretamente relacionada a dos ecossistemas. Sendo assim, esses eventos extremos do clima, como ondas de calor, precipitação intensa, secas e ciclones tropicais tem se agravado, e o calor intenso tem se acentuado nas cidades, afetando infraestruturas que impactam negativamente o bem-estar dos cidadãos (IPCC, 2018)

Nessa mesma linha, De Oliveira e Milioli (2015) discorre sobre a relação entre esses eventos climáticos e a urbanização sem planejamento. O ambiente urbanizado altera a paisagem e a ecologia, em decorrência da ausência de um planejamento urbano que seja sustentável. Como consequência, há o desmatamento, os desvios e a poluição de cursos d'água e impermeabilização do solo, fator esse que se relaciona ao aumento de enchentes em áreas urbanas. Além disso, essas adversidades afetam principalmente as populações socialmente marginalizadas (De Oliveira e Milioli, 2015).

Kothari *et al.* (2019) abordam esse tema de maneira mais política, levantando o debate acerca da equidade no uso dos recursos, principalmente na divisão histórica entre os países do Norte e Sul Global, onde os países que promoveram o crescimento acelerado da economia e do capital, países do Norte Global, são os ditos países desenvolvidos. Contudo, esse desenvolvimento ocorreu por meio da exploração insustentável da natureza, bem como da apropriação de territórios e povos, como afirma Kothari *et al.* (2019). Essa lógica, delineada pelo Norte Global, estabelece uma divisão entre nações consideradas desenvolvidas e subdesenvolvidas, que os autores citados acima comentam como:

O desenvolvimento, no padrão linear definido pelo Norte global, é uma ideia manipulada que divide as nações em categorias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Desenvolvimento sugere crescimento, expansão, ampliação e disseminação, e nenhum deles captura o senso de justiça ou equidade, ou considera os limites ecológicos de um planeta finito. (Kothari *et al.*, 2019, p.3, tradução nossa).

Desde a década de 1950 os eventos de clima extremos têm se intensificado, agravadas pelas mudanças climáticas (IPCC, 2018). Diante desse cenário, Kothari *et al.* (2019), destacam as estratégias que as populações em vulnerabilidade sociais e econômicas, no Sul e no Norte Global, vêm articulando para mitigar e resistir ao avanço dos problemas ligados a esses eventos, como a seca, fome, e estresse hídrico, tratando as crises ecológicas por seus problemas estruturais. Nesse contexto,

a AU é apresentada como uma solução sustentável que, para Oliveira (2019), é um modelo de transformar o espaço urbano.

A AU pode ser definida, segundo Mougeot (2000), como a prática agrícola em pequenas áreas no interior do perímetro urbano (intra-urbano) ou no seu entorno (periurbano). O autor destaca que a principal característica da AU é a sua integração no sistema econômico e ecológico urbano, pontuando que essa integração vem sendo fundamental para persistência da AU.

Acerca de suas definições, Oliveira (2019), abordando os conceitos da agricultura urbana e periurbana (AUP), comenta que antes o debate girava entorno da produção agrícola com finalidades econômicas, se expandindo para uma infinidade de aspectos que englobam não apenas os seus aspectos socioeconômicos, mas também os aspectos socioambientais como a segurança alimentar, desenvolvimento sustentável, manejo do solo urbano, além de aspectos políticos.

Na mesma linha, Roa (2021) expõe seis aspectos distintos do conceito de AUP, que são: atividade econômica e organização; produtos (alimentos ou serviços); localização (cidade ou área circundante); tipo de área cultivada; destino da produção (venda, troca, doação); e escala de produção (micro ou macro), destacando que não se trata de uma simples atividade. Roa (2021), aponta a AU como uma prática capaz de integrar o social, ambiental, econômico e político no meio urbano.

Dessa forma, compreende-se que o papel da agricultura urbana no ecossistema urbano é o de reconectar fluxos naturais e sociais, modificados pelo processo de urbanização moderna, reintroduzindo nesse ambiente relações mais equilibradas entre o ser humano e a natureza, através da produção e consumo de alimento.

Ao analisar suas interações com o ambiente urbano, Mougeot (2000) destaca que a AU se beneficia de suas tecnologias, infraestrutura e dinâmica econômica para a produção de alimentos em espaços mais compactos. Essa capacidade de adaptação produtiva dentro das cidades concilia o desenvolvimento urbano e a segurança e soberania alimentar. Essa caracterização é compreendida por Mougeot (2000) como:

A AU é uma indústria localizada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) de uma cidade, que cultiva ou cria, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares, (re)usando principalmente recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e ao redor dessa área urbana, e, por sua vez, fornecendo

recursos humanos e materiais, produtos e serviços principalmente para essa área urbana. (Mougeot, 2000, p.11, tradução nossa).

Conforme Mougeot (2000), essa interrelação transparece ao observar como a AU faz uso do espaço e condições urbanas, que reconfigura as relações entre produção e consumo. Dada a restrição de espaço, a AU pode ocupar uma variedade de locais, com diferentes tamanhos. Isto é, desde pequenos espaços domésticos, como parapeito de janela, cercas, vasos, telhados e paredes, e indo além, utilizando áreas públicas ou privadas. Além disso, Mougeot (2000), salienta como a escolha do lote e localização podem condicionar na escolha do sistema de produção e das culturas, podendo ser uma fonte alternativa para abastecimento de cultivos sazonais no comércio local.

Adentrando o aspecto econômico, é pertinente comentar acerca dos circuitos curtos de comercialização (CCC) e como ele interage com a AU e se beneficia desse sistema. Darolt e Rover (2021) compreende os CCC como uma inovação social, ou seja, que se organiza visando diversos interesses, como a resistência a formas de gestão dominantes do sistema agroalimentar, buscando acesso a segurança alimentar e nutricional. Podendo ser caracterizado como o abastecimento alimentar via redes alternativas ou cidadãs.

Nesse processo, o alimento chega as mãos do consumidor com informações que lhe permitem entender sua origem como: onde foi produzido; de que maneira; e por quem. Assim permitindo conhecer o modo de produção, as tradições e a cultura alimentar (Darolt e Rover, 2021). Essa perspectiva se complementa com o que afirma Mougeot (2000, p. 16), ao destacar que “os atores envolvidos na Agricultura Urbana (UA) são diversos; incluem os fornecedores de recursos, insumos e serviços, os produtores, transportadores e processadores, os varejistas e os consumidores, os promotores e os gestores”, Ao tornar visível essa rede de agentes, a AU possibilita relações mais próximas entre o produtor e o consumidor.

A união das práticas de AU com os circuitos curtos, podem potencializar a viabilidade da agricultura como uma fonte de renda alternativa no ambiente urbano. Segundo Smit *et al.* (2001) a AU vem crescendo cada vez mais ligada a distribuição de alimentos, sobretudo em famílias de baixa renda. Contudo, Mougeot (2000), defende que a AU é descentralizada, com menor nível de comércio e mais trocas de

alimento. Essa característica está muito presente em hortas familiares, como destacado por Roa (2021).

Nesse contexto, é fundamental compreender o processo de formação que dos centros urbanos modernos, principalmente, quando se analisa como eram projetadas as antigas infraestruturas urbanas. Segundo Mougeot (2000), as civilizações antigas mantinham a agricultura em seus entornos, de maneira a possibilitar e viabilizar o cultivo de alimento, ração, forragem, árvores frutíferas, entre outros, de forma conectada a economia local. Nesse panorama, Smit *et al.* (2001) destacam que a AU sempre esteve conectada com a cultura regional e a práticas sociais, intrínseco ao conceito de cidade e comunidade. Característica essa que se perdeu na formação dos atuais centros urbanos, não planejados, porém, que se perpetua pela prática da AU, em suas mais diferentes formas.

3.1 HORTAS DOMÉSTICAS

A dimensão do espaço disponível é uma característica que condiciona o sistema de produção. Se o indivíduo ou a família, possui pouco espaço disponível para o cultivo, a produção pode ser adaptada a diversos formatos. Dessa forma, o espaço pode ser adaptado ao espaço urbano, muitas vezes limitado, que Mougeot (2000, p.15) expressa como “a AU se adapta às pressões externas, superando limitações e aproveitando oportunidades. Ela faz isso por meio de seu tamanho menor, dispersão, maior valorização, maior potencial de rendimento, intensificação, integração com atividades urbanas e maior rentabilidade”.

As hortas domésticas podem ser de iniciativa pessoal, normalmente ligada ao autoconsumo, com a venda ou doação do excedente (Roa, 2021). Também podem ser de iniciativa pública, por meio de incentivo e projetos municipais como, por exemplo, o modelo apresentado por Silva *et al.* (2010), do Projeto Horta Doméstica, implantado pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) de Vitória Régia, em Cáceres-MT, Brasil, que teve por objetivo o aumento da renda familiar pela venda de excedentes, estímulo ao cultivo de hortaliças, entre outros benefícios.

No que concerne aos benefícios econômicos, é válido ressaltar que a maioria dos agricultores urbanos é composto por homens e mulheres de baixa renda, que cultivam, em sua maioria, para o consumo próprio e em pequenos espaços. Destaca-

se que a prática para as mulheres pode ser um meio alternativo de trabalho, permanecendo em sua residência e fornecendo alimento para suas famílias (Mougeot, 2000).

Para Aquino e Assis (2007), a pequena produção contribui para renda familiar, por meio da redução dos gastos com alimentação e saúde. Esses benefícios relacionados a renda também são mencionados por Roa (2021), contudo, seus resultados demonstraram uma acentuada preocupação dos agricultores quanto a saúde, principalmente por conta dos riscos relacionados a manipulação de produtos químicos como agrotóxicos.

Na administração doméstica das hortas, Roa (2021), destaca a reciprocidade presente no compartilhamento das coletas entre os vizinhos. Essa prática revela como as hortas domésticas vão além da produção individual, fortalecendo laços comunitários e redes de solidariedade.

Portanto, se evidencia como a agricultura pode se moldar ao espaço urbano, aportando uma variedade de espaços e configurações. Essa flexibilidade permite que o indivíduo tenha autonomia sobre seu alimento, podendo ser utilizada como uma ferramenta pelo poder público, para atenuar os problemas sociais presentes, principalmente, nas periferias das cidades, trazendo um meio de geração de renda, garantia da soberania e segurança alimentar. Nessa perspectiva, Oliveira (2019) avalia a AU sob o panorama das hortas de iniciativas comunitárias, uma alternativa que se apresenta, potencialmente, mais eficaz para geração de renda e emprego para as populações em vulnerabilidade socioeconômicas.

3.2 HORTAS COMUNITÁRIAS

A agricultura urbana de base comunitária, em sua maioria, é formada por indivíduos, com ou sem qualquer laço familiar, ou parentesco. Geralmente são residentes de uma mesma região, área ou bairro, que se organizam coletivamente para a criação de um espaço de cultivo em meio ao espaço em que habitam. Esses espaços, em muitos dos casos, são lotes de um dos participantes ou são terrenos públicos, que estão desocupados, e são disponibilizados pelo governo ou município, quando se há políticas públicas de incentivo a hortas urbanas (Coutinho; Costa. 2011).

As hortas de iniciativas comunitárias se diferem das demais modalidades, como as de iniciativas individuais ou públicas, quando se trata de suas complexidades que, Oliveira (2019), define como a mútua relação entre elementos e entidades, sendo elas humanas ou não humanas. O autor aponta que os participantes das hortas comunitárias não são os únicos a integrar esse espaço, sendo as instituições e entidades públicas um agente importante nesse processo.

Oliveira (2019) defende que esse é um marco importante para a AU, já que o crescimento e o sucesso de hortas comunitárias é um reflexo do apoio governamental. Contudo, o autor salienta que o sucesso atribuído as hortas comunitárias são principalmente devido ao comprometimento dos participantes, que se dedicam a esses projetos. Essa dedicação é ressaltada por Roa (2021), ao abordar as motivações por trás das hortas comunitárias de Bogotá, que surgiram em um contexto de conflitos e migração. Emergindo como uma resposta as necessidades dessas populações, as hortas comunitárias se desenvolveram com a participação dos moradores locais.

O agir coletivamente é um dos aspectos principais das iniciativas comunitárias, como pontua Roa (2021) e Souza *et al.* (2020), as quais inspiram a solidariedade entre os envolvidos, ao compartilhar técnicas, experiências quanto ao cultivo, além de proporcionar contato com o ambiente natural. Assim, Nagib (2019) destaca que o sucesso das hortas está diretamente relacionado à dedicação ativa dos integrantes, o que cria um ambiente acolhedor de socialização e bem-estar.

A AU se desenvolve em um espaço de interação e contato com o ambiente natural em espaços urbanos que, segundo Oliveira (2019), tem em seu centro a produção agrícola, porém, agrega a sua prática a comercialização, muitas vezes de produtos orgânicos, desempenhando um papel importante no combate a insegurança alimentar. Para Souza *et al.* (2020), a produção do próprio alimento é um resgate cultural, que proporciona uma alimentação mais saudável e nutritiva, reduzindo a dependência de alimentos industrializados e processados. Igualmente, Roa (2021) comenta o papel das iniciativas comunitárias no fortalecendo das conexões sócias e a preservação da identidade cultural, principalmente diante de contextos territoriais de conflito.

Outro aspecto fundamental a se comentar da agricultura de base comunitária é seu papel econômico, principalmente para a parcela mais carente da população.

Nesse sentido, Souza *et al.* (2020), analisam a AU de base comunitária sob a perspectiva socioeconômica, tendo como objeto de estudo um projeto promovido pela prefeitura de Palmas, no estado do Tocantins. O projeto teve por objetivo promover soluções eficazes para as necessidades locais em termos de segurança alimentar e desenvolvimento econômico, ressaltando ainda mais, o papel fundamental que as políticas públicas de incentivo a AU tem para promoção de mudanças na estrutura urbana e na redução das desigualdades sociais.

Souza *et al.* (2020) aponta o desenvolvimento comunitário como uma ferramenta, capaz de gerar benefícios socioeconômicos, como a redução da pobreza e a melhoria dos hábitos alimentares, com o potencial de gerar renda complementar para famílias de baixa renda. Segundo Dabos *et al.* (2022), a AU é um valioso instrumento para políticas públicas e de gestão territorial, com investimento estratégico para garantir a segurança alimentar, economia familiar e preservação ambiental.

Sendo assim, o incentivo de entidades governamentais e não governamentais é importante, principalmente diante do valor e dimensão que as hortas comunitárias representam e podem alcançar. Ademais, a motivação e esforço contínuo que os agricultores urbanos empregam a essa atividade é o elemento principal que permite a AU funcionar como um apoio para comunidades em situações de vulnerabilidade. Essa é uma das razões principais para o crescimento das pesquisas relacionadas a AU apontadas por Oliveira (2019), destacando a importância para a segurança e soberania alimentar nas cidades, é indispensável esse debate para sua compreensão.

3.3 CONTRIBUIÇÕES DA AGRICULTURA URBANA PARA A SOBERANIA ALIMENTAR

Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), estima-se que entre 713 e 757 milhões de pessoas, o que corresponde a aproximadamente 8,9% a 9,4% da população global, tenham enfrentado a fome segundo o último relatório O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI) divulgado por cinco agências especializadas das Nações Unidas (FAO *et al.*, 2024).

Segundo o relatório Climate Change and Land (IPCC, 2019), os eventos climáticos extremos já deixaram de ser uma projeção distante e tornaram-se uma condição presente, afetando negativamente as culturas agrícolas de base como o milho e o trigo, principalmente em regiões de baixa latitudes, como na América do Sul. Esses impactos se estendem além da queda na produtividade, contribuindo também na disseminação de pragas e doenças (IPCC, 2019).

Diante deste cenário, estima-se que entre 21% a 31% das emissões de gases de efeito estufa, são atribuídos ao sistema alimentar, em todo o seu processo produtivo, desde a distribuição até o consumidor, como o uso da terra, armazenamento, transporte, embalagens, processamento, varejo e consumo, bem como as atividades agrícolas e pecuárias (IPCC, 2019). Esse cenário está associado ao processo de industrialização da agricultura, um processo que se intensificou com o fim da Segunda Guerra Mundial (Silva, 2020).

O conceito de segurança alimentar ganhou força diante da desolação nos países envolvidos na guerra. Cooperações foram assinadas em virtude do aumento da produção em larga escala (Silva, 2020). Segundo Kepple e Segall-Corrêa (2011) a segurança alimentar é definido como o acesso regular a alimentos de qualidade, suficientes e sustentáveis, sem prejudicar outros direitos essenciais. Com o aumento do incentivo financeiro com essa finalidade ocorreu a chamada Revolução verde, alterando mundialmente as práticas agrícolas (Oliveira e Gonçalves, 2019).

Como resultado, surgiram problemas ambientais e sociais, como a criação de desertos verdes, com monoculturas para exportação, perda da biodiversidade, utilização de fertilizantes sintéticos e uso intensivo de agrotóxicos. Essa ampliação da fronteira agrícola ameaça a subsistência de agricultores tradicionais e camponeses, deixando-os sem espaço para a competição (Kothari *et al.*, 2019; Silva, 2020).

O sistema agrícola voltado para o mercado, de acordo com Kothari *et al.* (2019), utiliza questões como a segurança alimentar como um subsídio para realizarem o livre comércio, e, portanto, compreende a segurança alimentar como um alinhamento aos paradigmas ocidentais de “desenvolvimento”. Sob a mesma perspectiva, Silva (2020), explica que o conceito de segurança alimentar incide na garantia da produtividade e disponibilidade em atender o mercado global.

Em contraponto a esse conceito, surge o conceito de Soberania Alimentar. Sua primeira menção foi durante a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma de 1996,

pela organização Via Campesina. Compreendendo que cada povo e nação deveria ser livre para decidir o que, como e para quem produzir (Kothari *et al.*, 2019; Silva, 2020). A soberania alimentar pode ser entendida como:

“A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidade dos modos campeiros, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.” (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, 2001, tradução nossa).

Nesse sentido, a AU se estabelece como um sistema alimentar de relevância para alcançar a segurança e a soberania alimentar (De Oliveira e Gonçalves, 2019). Porém, a soberania se sobressai no campo político, apresentada como um direito dos povos e nações de terem sua autonomia e autogovernança para definir seus sistemas alimentares, se configurando ainda mais como um movimento social e um projeto político (Kothari, *et al.*, 2019).

Em suma, pode-se avaliar a AU como um movimento que pode ser utilizado como instrumento político para superar a insegurança alimentar, dando acesso a alimentos saudáveis, em resistência a industrialização do sistema alimentar, por meio da autonomia dada as comunidades urbanas para produzir seu próprio alimento. Um alimento saudável e de qualidade, de acordo com Pereira *et al.* (2021), é aquele que atende a várias dimensões que garantem sua segurança, valor nutricional e adequação ao meio ambiente e à cultura. Segundo os autores, esses alimentos devem ser livres de contaminantes, como resíduos químicos, biológicos e genéticos, assegurando a segurança sanitária, além disso, devem apresentar um bom valor nutricional.

Além de contribuir na geração de autoemprego, principalmente nas hortas de base comunitária, e principalmente, pelos investimentos em hortas comunitárias organizadas pelo poder público. Sobretudo, vale enfatizar o valor das relações e interações que fortalecem o sentimento de comunidade e propagam valores de solidariedade. Sendo assim, dada suas múltiplas facetas, e seu potencial como ferramenta de transformação política, é interessante refletir se a AU funciona como um projeto para uma sociedade em um novo paradigma, de decrescimento (Latouche, 2009).

4 DECRESCIMENTO: REPENSAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO

O decrescimento nasceu na França, como uma corrente crítica e alternativa a sociedade produtivista. Constituída de diferentes correntes, porém mantendo o questionamento e, principalmente, se propondo a pensar modelos de sociedade alternativos ao produtivismo, sendo muitas vezes taxado de utópico e subversivo (Cuvillie, 2018). Apesar do que o nome “decrescimento” leva a pensar, Latouche (2009) explica que não se trata de um não crescimento ou crescimento negativo, e sim, da abdicação do crescimento pelo crescimento. Como evidência Latouche:

A princípio, portanto, o decrescimento é simplesmente um a bandeira sob a qual reúnem-se aqueles que procederam a uma crítica radical do desenvolvimento e querem desenhar os contornos de um projeto alternativo para um a política do após-desenvolvimento. Sua meta é uma sociedade em que se viverá melhor trabalhando e consumindo menos. É uma proposta necessária para que volte a se abrir o espaço da inventividade e da criatividade do imaginário bloqueado pelo totalitarismo economicista, desenvolvimentista e progressista (Latouche, 2009, p. 6).

Essa noção surge, inicialmente, associada as preocupações em relação às pressões impostas ao meio biofísico, decorrentes dos impactos das atividades humanas no planeta, apontadas pelo Relatório do Clube de Roma intitulado “Os limites do Crescimento” em 1972, onde foram estabelecidos quais limites ecológicos não deveriam ser ultrapassados (Latouche, 2009). O relatório constitui uma série de dados sobre os recursos naturais, a população, qualidade de vida e poluição, explorando diversas hipóteses para o futuro, chegando à conclusão de que cedo ou tarde se chegaria a um limite do crescimento. Porém, Léna e Nascimento (2012), comentam que os países ricos e desenvolvidos foram contrários a conclusão apresentada.

O sistema capitalista produtivista, e a cultura que se estabeleceu com esse sistema, são um dos responsáveis por grande parte dos problemas ambientais que existem atualmente. Com seu funcionamento totalmente atrelado ao uso ilimitado de recursos, na tentativa de perpetuar o crescimento econômico, que, de acordo com Léna e Nascimento (2012) ignora a finitude dos recursos naturais e agrava as crises ecológicas.

A partir de uma visão crítica do crescimento ilimitado, o conceito de Decrescimento foi difundido, questionando o modelo produtivista. De acordo com

Latouche (2009), seria necessário o abandono da estrutura capitalista, por uma “sociedade do decrescimento”, ou seja, um novo sistema baseado em outra lógica, que, para o autor, começa com a “descolonização de nosso imaginário”.

Contudo, o medo da escassez está profundamente enraizado na mentalidade coletiva da sociedade, como aponta Latouche (2009), sendo esse o fundador do imaginário econômico. Baseando-se na crença de que a desaceleração econômica leva a crises, e que o único caminho para as superar é o crescimento econômico. Latouche (2009) argumenta que é necessário abandonar o culto irracional do crescimento ilimitado, no que se consiste em abandonar as crenças criadas em relação ao crescimento econômico, do qual, Latouche (2012), intitula de “ateísmo econômico”, ou um “a-economia”, como em “a-teísmo”. Refere-se ao abandono de uma crença:

“Deve-se abolir a fé na economia, renunciar ao culto do dinheiro, ao ritual do consumo e tornar-se agnósticos do Progresso. Não se trata de recair na ilusão de uma mítica sociedade perfeita de onde o mal teria sido erradicado definitivamente, mas de construir uma sociedade em tensão que afronte suas inevitáveis imperfeições e contradições se dando, ao mesmo tempo, um horizonte de bem comum, mais do que o desencadeamento da ganância” (Latouche, 2012, p.10).

Nessa perspectiva, Latouche (2009) critica a cultura capitalista do consumo. Apontando para três bases na qual ela se sustenta, sendo elas: a propaganda, o crédito e a obsolescência programada. Com esses pilares o sistema continua se movimentando, conseguindo um grande volume de consumidores que impulsionam o mercado.

A propaganda funciona como um combustível para o motor econômico, despertando o desejo de comprar um produto novo, ao passo que os modelos antigos e desatualizados serão desprezados e descartados, estando presente em todos os lugares e espaços, seja público ou privado (Latouche, 2009). É válido mencionar as mudanças contemporâneas que envolvem a propaganda, que se expandiram exponencialmente, devido aos avanços tecnológicos, com a propaganda atingindo um público ainda maior atualmente.

O crédito representa os empréstimos fornecidos a indivíduos que não dispõe dos recursos financeiros para sustentar o alto consumo estimulado pelo capitalismo. Esse mecanismo de empréstimo beneficia principalmente os investidores, tornando

os “ditadores” do crescimento econômico, especialmente no Norte Global (Latouche, 2009).

A obsolescência programada torna os bens de consumo cada vez mais frágeis para que se deteriore rapidamente e o consumidor seja obrigado a comprar outro para substituí-lo. Ao mesmo tempo, cria-se produtos cada vez mais difíceis de se consertar, com peças caras e necessidade de mão-de-obra especializada, tornando mais barato substituir o item do que consertá-lo. Dessa forma, criando uma sociedade viciada em consumir e com um ciclo contínuo de consumo (Latouche, 2009).

Esse ciclo de consumo desenfreado e irracional se tornou a base da estabilidade econômica vigente, que para funcionar de maneira eficiente, depende de um consumo contínuo e crescente. Contudo, produção e consumo intensos geram resíduos, sendo esse um dos questionamentos à lógica da expansão ilimitada.

Latouche (2009, p.27), comenta a disparidade entre a geração e a reciclagem de resíduos “[...] o homem transforma os recursos em resíduos mais rápido do que a natureza consegue transformar esses resíduos em novos recursos”. Isso implica que a continuidade do sistema produtivo capitalista é incompatível com a realidade, e a garantia de um futuro com bem-estar para todos é ilusório. Segundo Latouche (2009) o relatório da WWF aponta que:

Nosso crescimento econômico excessivo choca-se com os limites da finitude da biosfera. A capacidade de regeneração da Terra já não consegue acompanhar a demanda: o homem transforma os recursos em resíduos mais rápido do que a natureza consegue transformar esses resíduos em novos recursos. (Latouche, 2009, p. 27).

Contudo, essa dívida ecológica que se contraiu não é generalizada, e retorna ao tópico discutido anteriormente por Kothari (2019), que pontua a assimetria entre o consumo dos recursos entre o Norte e o Sul Global. Sob essa mesma ótica, Léna e Nascimento (2012) comentam como o modelo econômico do Norte Global se utiliza dos recursos e mão-de-obra barata em países do Sul Global em favor de seu crescimento econômico. É um sistema que, além de perpetuar a desigualdade econômica entre esses países, gera impactos ambientais e sociais.

Nessa mesma linha, Sachs (2008, p. 14) critica o conceito de desenvolvimento, “O crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades [...]”. Sachs (2009), comenta o processo que os países da

Europa Ocidental tiveram em sua transição econômica rural para urbana, que se deu pelo grande êxodo rural dos europeus para as Américas e critica o pensamento que perpetua, de que os países do Sul Global possam passar pelo mesmo processo, mesmo que as condições não sejam mais as mesmas.

Ademais, Kothari *et al.* (2019) se opõe ao discurso de “desenvolver o Sul”, e ao “desenvolvimento”, no seu conceito geral, criticando o modelo de sociedade que se baseia na dominação e exploração, desfruta de privilégios injustos e é, portanto, inadequados para o restante do mundo. Igualmente, Sachs (2009), questiona o modelo de desenvolvimento tradicional e sugere que os países do Sul Global adotem projetos civilizatórios distintos, originais, ressaltando, por exemplo, o potencial de biomassa nas regiões rurais, principalmente em países tropicais.

Para Latouche (2009), a intervenção do Norte Global em países da África, como exemplo, apenas agravou ainda mais as condições locais. A industrialização e a instalação de grandes empresas contribuíram mais para a degradação ambiental e poluição dos cursos d'água, do que para o desenvolvimento daquela sociedade, como era proposto.

Outro aspecto relevante, nesse âmbito, é a diferença entre a pegada ecológica dos países do Sul e do Norte Global. Latouche (2009) aponta que, considerando os recursos consumidos e os resíduos produzidos por pessoa, estima-se que a média global necessitaria de aproximadamente 2,2 hectares, o que já ultrapassa do uso sustentável, estimando em 1,8 hectares. No entanto, o autor pontua que um cidadão médio americano consome cerca de 9,9 hectares. Enquanto isso, populações da maioria dos países africanos, consomem menos de 0,2 hectares do espaço bioproductivo.

Embora os países do Norte Global sejam os principais responsáveis pela poluição e pelo consumo excessivo de recursos, são as populações do Sul Global que mais sofrem com os impactos ambientais. Essa disparidade evidencia as contradições do sistema capitalista e fundamenta, segundo Léna e Nascimento (2012), a proposta do decrescimento como alternativa à lógica de exploração e desigualdade entre os países do Norte e do Sul Global.

De acordo com Latouche (2009), diversas resoluções foram propostas para atenuar os problemas relacionados a pegada ecológica e o consumo insustentável de recurso. Porém, essas propostas continuam contornando o problema principal, que é

a lógica desenfreada do sistema econômico. Nesse sentido, seria necessária uma mudança de paradigma, a começar pelo consumo e a distribuição dos recursos.

Para Léna e Nascimento (2012), novas formas institucionais de organização econômica têm o potencial de guiar o sistema em direção a uma situação de maior sustentabilidade ecológica e equidade social. A relação entre economia e ecologia, proposta pelos princípios do decrescimento, apresenta uma abordagem que busca equilibrar as necessidades humanas com a capacidade do planeta de se regenerar.

Em síntese, o decrescimento surge da crítica ao sistema de produção capitalista, principalmente o pensamento do crescimento ilimitado, colocando a finitude dos recursos do planeta em evidência, questionando o desenvolvimento ordenado pela economia e a dívida ecológica, dos países do Norte Global com os países do Sul Global, e com as futuras gerações. Nesse panorama, o decrescimento emerge como um movimento capaz de propor soluções que se alinhem a esse conjunto de problemas sociais, ambientais e econômicos. E, para a construção dessa sociedade, Latouche (2009), destaca:

Não construiremos uma sociedade serena de decrescimento sem recuperar as dimensões recalçadas da vida: o prazer de cumprir seu dever de cidadão, o prazer das atividades de fabricação livre, artísticas ou artesanal, a sensação do tempo recuperado para a brincadeira, a contemplação, a meditação, a conversação, ou até simplesmente estar vivo. (Latouche, 2009, p.53).

Nesse contexto, Léna e Nascimento (2012, p.102) enfatizam a necessidade de se reconhecer as dinâmicas sociais com um maior peso nesse novo cenário, de decrescimento, “[...] serão as dinâmicas sociais e, sobretudo, as representações imaginárias, que terão um papel crucial em determinar, entre os diversos cenários possíveis, qual será o caminho que a humanidade escolherá”. Ou seja, o sucesso de uma transição para um modelo de decrescimento dependerá da capacidade das sociedades de se mobilizarem socialmente e de maneira responsável ambientalmente.

4.1 DECRESCIMENTO COMO PROJETO LOCAL

A partir dessa visão crítica do crescimento econômico, a noção de decrescimento se apresenta como uma alternativa que questiona os limites desse modelo, principalmente diante do cenário político moderno. Latouche (2009),

argumenta que todos os governos foram produtivistas, tendo o crescimento econômico como um fator inquestionável e, portanto, seria necessária uma mudança cultural radical, para haver uma reformulação política.

Sendo necessário delinear uma sociedade de decrescimento, que respeite as exigências ecológicas, no que Latouche (2009, p. 42) apresenta como “[...] articulação sistemática e ambiciosa de oito mudanças interdependentes que se reforçam mutuamente” Dessa forma, Latouche (2009) propõe os 8 “R’s” para essa transição, que são: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar. A seguir, apresenta-se o Quadro 1 que sintetiza os conceitos dos 8 R’s, destacando seus princípios e propósitos.

QUADRO 1: SÍNTESE DOS 8 R’S PROPOSTO PARA UMA SOCIEDADE DE DECRESCIMENTO

“R’s”	Definições
Reavaliar	Passar de uma crença de dominação da natureza para uma de harmonia. Sendo necessário reavaliar os valores predominantes da sociedade, priorizando o bem-estar e a sustentabilidade.
Reconceituar	A economia transforma a abundância natural em escassez pela apropriação e mercantilização dos recursos naturais. A mudança dos conceitos de riqueza e pobreza e, principalmente, de abundância e escassez
Reestruturar	Uma mudança radical na estrutura econômica, com a saída do capitalismo e a transformação dos sistemas produtivos. Adaptando as novas relações sociais e dos valores.
Redistribuir	Flexibilizar os modelos de gestão, assegurando uma distribuição justa e equitativa, principalmente entre o Norte e o Sul Global.
Relocalizar	As necessidades essenciais devem ser produzidas e atendidas localmente. Fortalecendo a autonomia territorial, ao tomar decisões culturais e políticas em escala local.
Reduzir	Recuperar os prazeres e liberdades. Para isso, reduzir a produção e consumo em massa; reduzir o turismo em massa, reaprendendo a desfrutar da lentidão; e reduzir o tempo de trabalho, para que as pessoas dediquem seu tempo a atividades de lazer.
Reutilizar	Reduzir o desperdício desacelerando a obsolescência programada.
Reciclar	Reciclar os resíduos que não reutilizamos diretamente, minimizando o desperdício.

Fonte: Latouche (2009).

Latouche (2009), avalia o decrescimento como um projeto de um ponto de vista estratégico, que seria “Pensar globalmente e agir localmente”, entrando no conceito de realocar. Isso seria, ir contra o processo de globalização econômica e

valorizar os sistemas locais. Para isso, o autor argumenta que seria necessário recuperar a autonomia econômica local enquanto não há mudanças na governança mundial.

Para isso, Latouche (2009) sugere pensar em uma sociedade ecológica constituída de pequenas municipalidades, em harmonia com seus ecossistemas, que constitui em biorregiões, ou ecorregiões, podendo ser rurais ou urbanas, começando pela autossuficiência alimentar, seguida pela financeira e econômica. Para isso, Latouche (2009), sugere seguir por práticas de agricultura e horticultura, preferencialmente orgânicos, respeitando a regionalidade e sazonalidade dos cultivos, reorganizando o comércio, sem sobrecarregar as pessoas, nem ecossistemas.

A produção local impulsiona a comercialização local e, por conseguinte, a geração de emprego. Latouche (2009) comenta que o incentivo ao comércio local gera empregos duradouros, contribuindo no desenvolvimento da região e da economia. Esse processo reduz a dependência do fluxo de capitais e de multinacionais.

Contudo, a deslocalização da produção é um grande desafio a ser superado, principalmente diante do controle exercido pelos acionistas dos grandes varejos (Latouche, 2009). Por conta dessa difícil ruptura, as produções locais e culturais, podem perder espaço para produtos estrangeiros. Nesse sentido, seria fundamental o reavaliar que, segundo Latouche (2009) pode ser compreendido por valores como o altruísmo, convivialidade e o respeito a natureza. Reavaliar os privilégios que se sobrepõem as necessidades básicas de outros indivíduos, sendo necessário repensar a alimentação, tornando-a mais local, sazonal e vegetariana (Latouche, 2009).

A consolidação dessas mudanças, para Latouche (2009), é por meio da adoção de ações cidadãs mais ativas. Como a participação nas eleições, reuniões e tornar-se membro de associações de bairro, para que assim, as modificações possam ser sugeridas e acompanhadas durante seu processo.

Para isso, a realocização da produção alimentar seria essencial, sendo uma das expressões práticas desse movimento de realocização a retomada da agricultura em áreas urbanas. Mougeot (2000) explica que o afastamento da agricultura das cidades é um evento recente e, nesse mesmo sentido, De Oliveira (2013), complementa que esse distanciamento vem sendo repensado, especialmente com o crescente debate acerca da sustentabilidade e cidades sustentáveis.

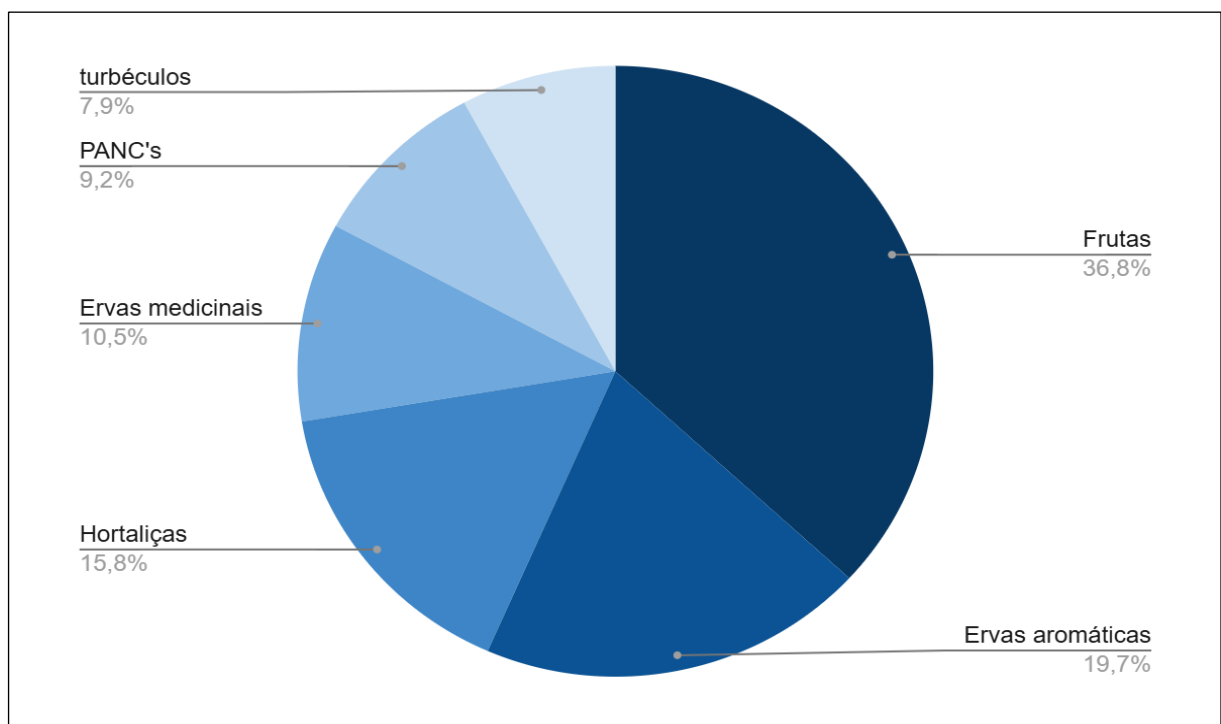
Em suma, um projeto local decrescente começa com a realocação da produção do alimento, atingindo a autossuficiências alimentar por meio de práticas agroecológicas. Seguido pela realocação do comércio, impulsionada pela produção local que, conseqüentemente, fomentará a geração de emprego (Latouche, 2009). Para isso, é necessário reavaliar e reconceituar os valores que se tem estabelecidos na sociedade pautada pelo consumo, para valores mais altruístas e harmoniosos com a natureza, uma reestruturação dos sistemas de produção.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo ocorreram dez entrevistas, dentre elas, seis eram mulheres, com faixa etária entre 40 e 70 anos e quatro homens, com faixa etária entre 30 e 65 anos. Destes, sete informaram que nasceram e cresceram na área rural e atualmente vivem na urbana, dois sempre viveram na área urbana e um reside em ambas, tanto na rural quanto na urbana.

Os cultivos e hortas relatados possuem um período que varia entre 3 meses (o entrevistado relata ter se mudado a pouco tempo, mas que teve hortas por longos períodos), até 25 anos, com uma média de 8,2 anos, com desvio padrão de 7,4 anos. Os cultivos mais citados foram de frutas/frutos (Figura 3), dentre elas o mamão, abóbora e o tomate, seguido pelas ervas aromáticas, como o manjericão, alecrim e a hortelã.

FIGURA 3 - OS CULTIVOS MAIS CITADOS EM ENTREVISTAS REALIZADAS COM MORADORES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, PARANÁ.



FONTE: A autora (2025).

A fim de compreender as motivações dos agricultores urbanos para a criação de suas hortas foi questionado o que os instigava nessa prática. Para aqueles que vieram da zona rural se tratava de um hábito familiar, de plantar e colher seu alimento,

como relata a participante 4, para outros o desejo de ter fácil acesso ao produto sem a necessidade de se deslocar até o mercado.

“Eu sempre gostei de plantar. Sempre fui da agricultura. Ai, eu vim para a cidade, mas sabe como que é, né? A agricultura não sai da gente. Ai eu resolvi fazer uma hortinha” (P4).

“[...] Às vezes você quer uma salsinha, uma cebolinha, e corre no mercado. Eu não, eu colho. Colho meu tomatinho cereja, que ta caro, meus pimentões também, colho” (P3).

A primeira fala levanta questões como o ato de se reconectar com suas raízes, pendendo para um lado mais sentimental e afetivo da AU. Essa vivência rural, foi citada por 9 dos entrevistados, que cresceram na zona rural e/ou sempre tiveram contato com a agricultura. Por exemplo, o entrevistado P9, sempre viveu na zona urbana, porém, seus avós possuíam um sítio do qual passou a infância, que influenciou seu interesse pelas hortas. Esse fenômeno é explicado por Oliveira (2019, p. 96) como parte do imaginário geográfico acionado “as ruralidades de cada hortelão são ativadas pela memória ou vivência de espaços rurais, e se associam aos desejos ou a visão que os hortelãos têm para esses lugares a serem co-constituídos”, sendo assim, suas vivências são uma parte importante e fundamental para suas motivações.

Enquanto a segunda aborda outro aspecto, que é a do alimento como um produto, também fundamental para o debate acerca da AU que é a geração de renda. Relacionado a isso, foi questionado se as hortas, em algum grau, contribuem para a renda familiar. Metade dos entrevistados respondeu que seus cultivos não contribuía para suas rendas, e a outra metade que sim, ressaltando principalmente a economia de recurso no mercado, na seção dos hortifrúteis. Essa é uma característica das AU apontadas por Aquino e Assis (2007), no contexto onde uma pequena produção pode contribuir para renda familiar, por meio da redução dos gastos com alimentação e saúde. Contudo, mesmo não influenciando na renda, sete responderam que se sentem menos dependente dos grandes mercados, como nota-se nas falas, retiradas das entrevistas, apresentadas a seguir, onde foi questionado se suas hortas contribuía, em algum grau, para sua renda:

“Mais ou menos, porque minha horta não é tão produtiva assim. Mas se a gente pudesse ter mais coisas, sim” (P9).

“É, se tiver horta, sim. Mas é que eu não planto tanto ainda. Mas, se Deus quiser, eu vou comprar uma tela e fazer uma horta, plantar alface, almeirão [...]” (P8).

A falta de espaço adequado foi expressa pelos entrevistados, ressaltando seus impedimentos em relação a expandir as hortas ou plantar o que desejava, também sendo esse o impedimento mencionado para a adoção de práticas mais sustentáveis, como a compostagem. Nove dos entrevistados não possuem composteira em casa, desses, quatro gostariam de possuir, mas a falta de um espaço adequado e tempo para manutenção os impede de ter uma, como mencionado pelos participantes P5 e P6. Contudo, o ato de depositar os restos de alimentos orgânicos, como casca de ovo e borra de café, diretamente na terra, foi mencionada por dois dos entrevistados.

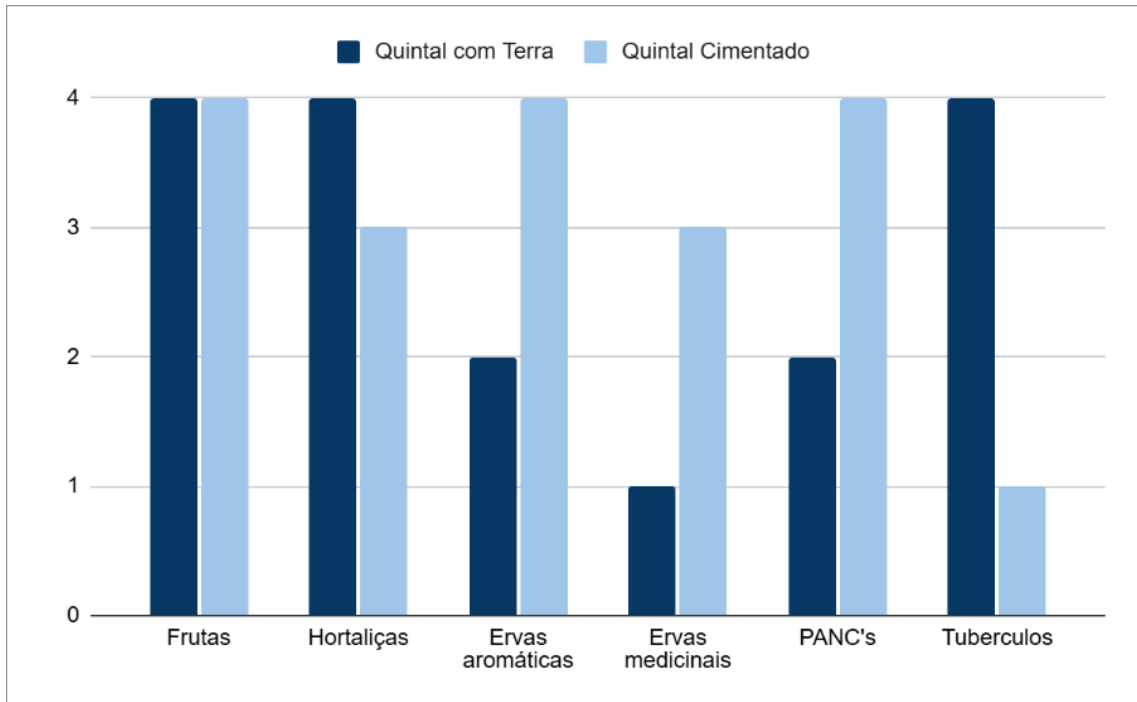
“Tem que ter terra, tem que ter minhoca, tem que ter tudo. E tem que ter tempo também” (P5).

“Já tive, mas não tenho mais por conta do espaço” (P6).

Ademais, apesar dos entrevistados possuírem uma variedade de culturas para fins alimentícios e medicinais, foi observado um discurso comum de que o espaço não era uma horta propriamente dita, especialmente aqueles que cultivavam em espaços restritos, como conjuntos de vasos e outros recipientes. Enquanto aqueles que dispunham de um quintal exposto, plantando diretamente no solo, se identificavam mais com o termo.

O espaço compacto é uma característica muito ressaltada por Mougeot (2000), como um dos fatores que pode condicionar as escolhas do sistema de produção ou das culturas. Como foi possível observar, aqueles com quintais cimentados recorreram ao uso de vasos e outros recipientes adaptados, utilizando vasos e outros recipientes como canteiro, sendo os cultivos mais citados as ervas aromáticas (manjeriço e alecrim), as ervas medicinais (boldo e erva-cidreira) e as PANC's (ora-pro-nóbis e aroeira). Enquanto isso, os participantes que dispõem de solo exposto no quintal citaram com maior frequência cultivos de hortaliças (couve e alface), e de tubérculos (cúrcuma e cenoura). Exposto no seguinte gráfico (Figura 4):

FIGURA 4 - COMPARAÇÃO DOS CULTIVOS MAIS CITADOS ENTRE HORTAS NO SOLO E HORTAS EM VASOS.



FONTE: A autora (2025).

As seguintes hortas ilustram dois exemplos de hortas desenvolvidas diretamente no solo. A horta do P10 (Figura 5), dispõe de uma grande área exposta de solo, o que lhe permite uma produção maior em relação a outras hortas que se restringem a vasos, além de cultivos que não foram citadas pelos outros agricultores urbanos, como cenoura, morango e melancia. Além de dispor de um vasto espaço, nessa propriedade na área urbana o P10 também possui residência em área rural, da qual veio e sempre possuiu hortas.

FIGURA 5 - HORTA DO ENTREVISTADO P10 NO SÃO VICENTE, COM LEIRAS E BANANEIRAS AO FUNDO.



FONTE: Entrevistado P10

A segunda horta (Figura 6), ocupa um espaço menor, mais improvisado, com cercas que o P8 utilizou para evitar que seus animais domésticos tivessem acesso à horta. Adaptando o pequeno espaço que tinha disponível, fazendo uso de matérias, como madeira e tela de metal, para construir esse espaço. O P8, assim como o p10, também cresceu na área rural, seus familiares são agricultores, e possuem chácara na Colônia Maria Luiza. Acrescentou também sua preferência pela vida no campo, ao passo que na cidade há muita poluição.

FIGURA 6 - HORTA DA PARTICIPANTE P8 NO JARDIM ESPERANÇA COM CULTIVO NO SOLO E JUNTO AO MURO, PROTEGIDOS POR GRADE.



FONTE: Participante 8.

Ainda assim, a adaptabilidade dos agricultores urbanos é um dos responsáveis por transformar um espaço limitado em produtivo, seja diretamente no solo ou em vasos e recipientes diversos, transformando potencialmente qualquer material descartável em um espaço para plantar. Entre os mais citados estão o pneu e garrafas PET (Figura 7). Uma característica marcante da AU é a versatilidade na busca por espaços produtivos, principalmente por aqueles que possuem quintal cimentado, parcial ou totalmente, adotando diferentes estratégias, como a utilização dos muros e prateleiras como suporte, e uma diversidade de materiais para os vasos.

As hortas dos entrevistados P2, P3, P6 e P9 eram acompanhadas de plantas decorativas, flores e folhagens, que afirmaram também fazer troca de mudas com seus vizinhos próximos e familiares.

FIGURA 7 – HORTA DO ENTREVISTADO P3 NO JARDIM ESPERANÇA, COM CULTIVO EM VASOS E CANTEIRO JUNTO AO MURO.



FONTE: Entrevistado P3.

Vale destacar outros materiais mencionados como vaso sanitário antigo e geladeira antiga (Figura 8). E dentre os quatro participantes que afirmaram não reutilizar materiais em suas hortas, três comentaram que adotam a prática de fazer a separação dos materiais recicláveis e entregar as pessoas que coletam materiais recicláveis nas ruas. Esses atos se conectam diretamente com o reduzir, reutilizar e reciclar proposto por Latouche (2009). A redução do desperdício, e com a reutilização dos resíduos que seriam descartados, essa prática é explicada por Léna e Nascimento (2012, p.51) como “Há uma boa quantidade de coisas que podem ser reutilizadas e cujo tempo de vida poderia ser prolongado”. E o que não puder ser reutilizado, deve ser reciclado.

FIGURA 8 - HORTA DO ENTREVISTADO P4 NO JARDIM ESPERANÇA, UTILIZANDO GELADEIRA REAPROVEITADA COMO CANTEIRO.



FONTE: Entrevistado P4

As memórias afetivas parecem ter um peso a mais para os agricultores urbanos, dando um significado positivo, de certa forma, que os incentiva a cultivarem suas hortas. Nesse sentido, vale destacar os sentimentos que essa ação promove, como apontado pelos participantes, os sentimentos de felicidade ou satisfação por estar em contato direto com a terra e poder colher o próprio alimento ou remédio caseiro.

“Eu me sinto muito feliz. Eu gosto muito. Eu gosto de mexer com a terra. E também meu filhinho, ele pode ter a oportunidade de estar na cidade, mas estar ali vendo eu plantar, plantando junto.” P3.

“É uma coisa que não tem como explicar. É paz.” P6.

“Acho que isso é uma terapia. Ajuda a gente.” P7.

Iniciando um diálogo direto com o decrescimento, essa expressão dos sentimentos positivos relacionados a AU poder ser interpretada como o reavaliar que, Latouche (2009), propõe como, dentre seus diversos entendimentos, o de recuperar o lazer. Nessa mesma linha, Lena e Nascimento (2012, p.327), comentam que “o camponês é muito mais ‘dono do próprio tempo’ que os cidadãos, e, por não serem reféns do dinheiro, trabalha o suficiente para ter tempo livre”. Contudo, Pereira (2015) aponta AU como uma atividade de terapia e lazer, que contribuem para o bem-estar.

Léna e Nascimento (2012), avaliam o sentimento de comunidade, como solidariedade e hospitalidade, presentes nas comunidades rurais, camponesas, e ressalta que, apesar de ser menos frequente no meio urbano, é presente, principalmente, nos meios populares urbanos. Ação observada durante as entrevistas.

A troca de cultivos e colheita estava presente nas falas, uma vez que seis participantes comentaram que compartilham mudas e colheita com seus familiares e quatro que também fazem trocas de mudas e colheita com seus vizinhos. Essa interação foi apontada por Roa (2021) como um elemento comum em hortas comunitárias, que ele define como valores de reciprocidade.

Esse processo de recuperar os valores camponeses é abordado por Léna e Nascimento (2012), que pode ser caracterizado por Latouche (2009) como realocar. Esse debate pode ser estendido a AU, alcançando a autossuficiência alimentar localmente, promovendo segurança e soberania alimentar e nutricional.

Para essa realocação, é necessário ir além das mudanças individuais, com mudanças políticas que incentivem mudanças coletivas. Durante as entrevistas, um dos participantes comentou que havia participado de uma oficina de manejo de hortas, pela pastoral social, localizada no bairro onde reside (Jardim Esperança). Essas ações, que incentivam e estimulem a agricultura urbana, são de fundamental importância para realocação política, que Latouche (2009) sugere para recuperar a autonomia territorial.

5.1 LEIS MUNICIPAIS DE INCENTIVO A HORTAS E AGRICULTURA URBANA EM PARANAGUÁ-PR

Referente a relevância que as políticas públicas têm para o tema, é válido abordar a Lei nº 4.319, de 15 de junho de 2023, "Institui o Programa de Incentivo à Implantação de Hortas Comunitárias e Compostagem no Município de Paranaguá, e dá outras providências.". Essa Lei confere a associações de bairro e ONG's (Organizações não Governamentais), a possibilidade de requerer ao Poder Executivo a implementação de hortas comunitárias, ficando a cargo do mesmo, toda a operações e instalação de infraestrutura para implementação (PARANAGUÁ, 2023).

Trata-se de uma Lei que possibilita e facilita a criação de hortas comunitárias no município, e promove a melhoria nutricional e a geração de renda, além de fortalecer o vínculo entre a comunidade e o poder público.

Em uma busca por hortas comunitárias, foi possível encontrar em uma publicação oficial do site da Prefeitura de Paranaguá, uma horta comunitária, localizada no bairro Porto Seguro, iniciada em 2023. A iniciativa funcionaria de forma

colaborativa entre a Associação dos Moradores, a Escola Municipal Joaquim Tramujas, o Colégio Estadual Porto Seguro e o Instituto Federal do Paraná (IFPR). O espaço foi cedido pelo Governo do Estado, a limpeza do terreno foi feita com o auxílio da Secretária Municipal do Meio Ambiente e o maquinário para a preparação do solo pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (Chiarelli,2023).

Nessa conjectura, se fortalece a autonomia territorial, proposta como realocização, retomando as decisões políticas em escala local (Latouche, 2009), assim como ações cidadãs mais ativas, através da participação das eleições e o ingresso nas associações de bairro, argumentadas por Latouche (2009), como essenciais para a conversão em uma sociedade decrescente. Nesse sentido, Latouche (2009) propõe que as e comunidades urbanas, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, devem recuperar sua autonomia econômica e alimentar (relocalizar).

Por fim, apesar de compreender apenas um pequeno espectro do que é a AU integralmente, as singelas hortas e seus agricultores urbanos contribuíram para a compreensão de como a AU se expressa e se enquadra como uma iniciativa que pode compor um projeto de decrescimento local. Como mostra o quadro a seguir (Quadro 2), onde os oito erres (reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, relocalizar, reduzir, reutilizar e reciclar) são pensando a partir de uma relação direta com a AU.

QUADRO 2 – COMO OS OITO ERRES DIALOGAM COM A AGRICULTURA URBANA.

R's	Como se relaciona com a AU
Reavaliar	O reavaliar está muito ligado ao olhar e a interação do homem com a natureza, isto é, passar de uma crença de dominação para a harmonia, promovendo ações muito presente nas práticas de AU, como o altruísmo e a cooperação (em contrapartida, ao egoísmo e a competição), presentes nas interações dos agricultores urbanos com a comunidade ao seu entorno, nas trocas, e compartilhamento dos seus cultivos com familiares, amigos e vizinhos. O prazer do lazer, em detrimento da obsessão do trabalho, é outro ponto importante, levando em consideração tanto o que a literatura aponta, quanto os resultados obtidos em campo, a AU é uma alternativa de lazer, um espaço que permite se reconectar com natureza e repensar sua cultura e autonomia alimentar, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e social no meio urbano.
Reconceituar	Se refere a mudança dos valores, propondo um novo olhar para compreender a realidade. Um redimensionamento da produção do alimento pode ser

	compreendido pela AU, mudando a forma de consumo, se distanciando da lógica produtivista.
Reestruturar	Reestruturar o aparelho produtivo e as relações sociais em função da reconceitualização dos valores. A partir da saída do modelo produtivista do capitalismo, em um novo paradigma, a AU pode se enquadrar como uma estratégia de realocação da produção alimentar pensada e adaptada ao ecossistema urbano.
Redistribuir	Modelos de hortas, de incentivo público, iniciativas comunitárias ou individuais, possibilitam a distribuição do alimento a populações em vulnerabilidade social ou econômica. Além de promover, e fortalecer, conexões através das trocas e doações de mudas e alimentos entre vizinhos e familiares.
Relocalizar	Tudo que pode ser produzido localmente deve ser produzido localmente, para atender as necessidades da população e empresas locais. Não se limitando aos produtos, significa, também, a realocação da economia, política e cultura. Pode ser relacionado diretamente com a AU, principalmente ao atender as necessidades alimentares da população urbana, incentivando a cultura alimentar local. A descentralização da produção do alimento também contribui para a redução da poluição gerada pelos meios de transporte. As políticas de incentivos às hortas comunitárias, mencionadas anteriormente, são outro aspecto fundamental na realocação, já que é por meio destas que a prática pode ser iniciada e propagada.
Reduzir	Reduzir nossos modos de produção e consumo e limitar o consumo excessivo. Essa ação, de repensar o uso dos produtos, que viram resíduos descartáveis e geram toneladas de lixo, está muito presente na AU.
Reutilizar	O reutilizar dialoga com o reduzir, porém, adicionando o ponto da reutilização dos resíduos que seriam descartados. Na AU, como foi possível observar tanto na literatura, quanto em campo, reutilizam-se resíduos de diversos materiais, como vasos para hortas, principalmente por aqueles que possui pouco espaço, ou um quintal sem acesso ao solo direto.
Reciclar	E, por último, reciclar, que pode ser compreendido em conjunto com o reutilizar, citada acima, porém, na AU ela pode compreender um aspecto ecológico, o da compostagem, onde se transforma o resíduo orgânico em um novo produto que é o adubo natural, ou composto orgânico.

FONTE: A autora (2025).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão de literatura, foi possível compreender como a agricultura urbano, se torna um instrumento estratégico que possibilita o acesso a alimento de qualidade, contribuindo para a soberania alimentar e geração de renda. Sua importância se dá principalmente diante do agravamento das crises climáticas e ecológicas, e como esses eventos vem afetando as comunidades e sociedades humanas, em especial, as em vulnerabilidade socioeconômica. Considerando o contexto brasileiro, onde a maioria da população migrou, nas últimas décadas, para as áreas urbanas, é substancial avaliar uma estratégia sustentável adequada a realidade dessa população.

Com base nessas potencialidades, a pesquisa se propôs a analisar a AU como uma proposta de decrescimento, interpretado a partir das hortas no município de Paranaguá-PR, apresentando diferentes aspectos que se correlacionam, ou não, com as propostas para um projeto local de decrescimento. Para chegar a esses sujeitos, a utilização da técnica bola de neve para coleta dos dados em campo se mostrou eficiente. Assim como a metodologia qualitativa empregada nas entrevistas, dando abertura para mais troca de conhecimento entre a pesquisadora e os entrevistados.

Relacionando e comparando os oito R's (reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar), proposto para uma sociedade decrescente que valoriza a autonomia local, a discussão se ampliou no conceito de realocação, que se inicia pela retomada da soberania e autonomia alimentar. Nesse aspecto a AU se estabelece como uma ferramenta de fácil aplicação que se molda e se adapta as necessidades dos indivíduos e das famílias e, se reforça ainda mais essa instrumentalização, quando se há políticas públicas que incentivam a agricultura urbana, individuais ou comunitárias. Outro aspecto presente nas hortas é a presença de alimentos locais, muitas vezes não encontrados em mercados de grande rede, reestabelecendo a cultura alimentar do local.

O reduzir, reciclar e reutilizar, foram visíveis nas hortas e no cotidiano dos agricultores urbanos, reduzindo e reutilizando os resíduos produzidos, como recipientes para suas plantações e cultivos. Mesmo aqueles que não reutilizavam diretamente os materiais descartáveis, ainda assim matem o hábito de separar e doar

os resíduos recicláveis a catadores de material reciclado, contribuindo para a redução no desperdício e acúmulo de resíduos no meio ambiente. Como observado na discussão, esses recipientes são do mais variado tamanho e materiais, demonstrando a versatilidade e criatividade dos sujeitos, característica da AU. Além disso, a compostagem, apesar de estar pouco presente nas hortas investigadas, são uma expressão importante de reciclagem de materiais orgânicos.

Partindo para uma reflexão das expressões e sentimentos provocados pelas hortas, foi possível observar que a maior parte dos participantes compartilha mudas e parte de seus cultivos, com vizinhos e familiares, uma troca muitas vezes mútua, que reforça ações de altruísmo e cooperação, dialogando diretamente com o que se propõe em reavaliar os conceitos e valores. A AU também se apresenta como um espaço muito procurado para o lazer, apontado por alguns dos agricultores urbanos como um ambiente para descansar a mente.

Esses conjuntos de ações reforçam as relações sociais e sentimento de comunidade, promove o bem-estar e a práticas ambientais sustentáveis, ao passo que possibilitam o acesso ao alimento de forma autônoma. Essa soma pode ser traduzida potencialmente como um projeto de decrescimento. Contudo, aspectos como a geração de renda, não foi possível investigar profundamente, onde uma entrevista mais direcionada a esse aspecto poderia contribuir de forma considerável para a discussão.

Ademais, é válido ressaltar que, dentre os oito R's, o reconceituar e o realocar, como parte essencial para o decrescimento. O reavaliar se caracteriza como uma etapa inicial, fundamental nesse processo, já que é o primeiro passo para a reformulação do pensamento e da relação da sociedade com a natureza. Já o realocar é o primeiro passo concreto, o agir, propor transformações efetivas nas formas de produção e consumo, reorganizando-os em escala local. A partir dessa compreensão, e relacionando-os com a prática da agricultura urbana, observa-se que essas experiências permitem a reconstrução de valores ligados à alimentação, ao território e à natureza ao mesmo tempo em que promovem formas locais e descentralizadas de produção, alinhadas aos princípios do decrescimento.

Portanto, é de entendimento que o decrescimento é um conjunto amplo de ideias e propostas que podem ser ainda mais trabalhadas nesse sentido. As hortas investigadas foram todas de iniciativa individuais e, portanto, restringe o quanto a

pesquisa consegue explorar da AU como um projeto de decrescimento local. Para pesquisas futuras, uma investigação em municípios com um número expressivo de hortas comunitárias, de iniciativa pública ou não, se beneficiaria mais na discussão do tema. Além disso, nessa pesquisa, não foram colocadas em debate outras propostas de decrescimento, como as de Pierre Rabhi, por exemplo, que aborda particularmente o tema da agroecologia e contribuíram para o debate da AU como projeto de decrescimento.

7 REFERÊNCIAS

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & sociedade**, v. 10, p. 137-150, 2007.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Local e editora. 1994.

CANEPARO, S. C. Análise da dinâmica espacial da ocupação antrópica em Paranaguá/PR (1952-1996), através do uso de sistema de informações geográficas. **Raega**, v. 4, p. 111-130, 2000.

COMASSETO, B. H. *et al.* Nostalgia, anticonsumo simbólico e bem-estar: A agricultura urbana. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, p. 364-375, 2013.

COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Revista Geografias**, v. 7, n. 2, p. 81-97, 2011.

CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**, v. 35, p. 209-224, 2021.

CUVILLIE, S. **A crítica do decrescimento ao desenvolvimentismo**. Ufrj.br, 2018. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/12257>. Acesso em: 10 de dez. 2025.

Dabo, A.; Dias, R. C.; Vidal, D. G.; Seixas, P. C. Hortas urbanas comunitárias de Cascais: mapeamento dos usos e motivações. **Guaju-Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 8, 2022.

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Sempelo, 2021.

DEWES, J. O. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling**: uma descrição dos métodos. 2013.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP & WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024**: Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2024. DOI: 10.4060/cd1254en. ISBN: 978-92-5-138882-2

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar**. Havana, 7 set. 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/declaracion-final-del-foro-mundial-sobre-soberania-alimentaria>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GIL, A. C. **Método e Técnica de Pesquisa Social**. 6ª edição Editora Atlas SA, 2008.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105064>. Acesso em: 11 dez. 2025.

IBGE. Panorama de Paranaguá-PR: 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranagua/panorama>. Acesso em 01 de out. 2024.

IBGE. Panorama do Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 30 de set. 2025.

IPCC. Summary for Policymakers. In: MASSON-DELMOTTE, V. *et al.* (ed.). Global warming of 1.5°C: an IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 1–24, 2022. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/global-warming-of-15c/summary-for-policymakers/31C38E590392F74C7341928B681FF668>. Acesso em: 28 set. 2024.

IPCC. Summary for Policymakers — Special Report on Climate Change and Land. In: SHUKLA, P. R. *et al.* (ed.). Climate change and land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems. 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/srccl/chapter/summary-for-policymakers/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011.

KOTHARI, A. *et al.* **Pluriverse: A Post-Development Dictionary**. New Dehli: Tulika Books, 2019.

LATOUCHE, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. 1ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

LATOUCHE, S. **O decrescimento e o sagrado**. Cadernos IHU Ideias, 2012.

LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Org.). **Enfrentando os Limites do Crescimento: Sustentabilidade, Decrescimento e Prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LOVO, I. C. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. 292 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95958>. Acesso em: 11 de ago. 2025.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOUGEOT, L. J. **Urban agriculture: Definition, presence, potentials and risks, and policy challenges**. Cities feeding people series; rept. 31. Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), 2000.

NAGIB, G. Processos e materialização da agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 21, p. 715–740, 2019.

OLIVEIRA G. N. de. **Cultivando lugares: uma análise sócio-material da co-constitu o de hortas comunitárias no Distrito Federal**. Repositorio.unb.br, 2020. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/handle/10482/36094>. Acesso em: 05 set. 2023.

DE OLIVEIRA, I. R.; GONÇALVES, T. M. A EXPANSÃO DA ESPACIALIDADE URBANA: onde está a área natural?. **Tecnologia e Ambiente**, v. 25, p. 1-22, 2019.

DE OLIVEIRA, I. R.; MILIOLI, G. Sustentabilidade urbana e ecossistema. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, v. 3, n. 4, 2015.

DE OLIVEIRA, I. R.; MILIOLI, G. A. urbaniza o e os desafios conceituais do ecossistema: uma contribui o   aplicabilidade do desenvolvimento sustentável para o município de Criciúma, Santa Catarina, Brasil. **territorios**, n. 29, p. 145-162, 2013.

DE OLIVEIRA, I. R. **Ecossistema urbano em conexão – fluxos da água e biodiversidade com a qualidade de vida frente   mudança climática: propostas de planejamento para Criciúma – SC/Brasil**. 2021. 389 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2021. Disponível em: <http://200.18.15.28/bitstream/1/9105/1/lzes%20Regina%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PARANAGUÁ (Município). Câmara Municipal. Lei n  4.319, de 15 de junho de 2023. Institui o Programa de Incentivo   Implanta o de Hortas Comunitárias e Compostagem no Município de Paranaguá, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Paranaguá**, Paranaguá, PR, 15 jun. 2023. Disponível em: https://www.paranagua.pr.leg.br/temp/15122025085934download_lei_4319.pdf. Acesso em: 14 dez. 2025.

CHIARELLI, L. Horta comunitária do Porto Seguro será colaborativa. Prefeitura de Paranaguá, Paranaguá, 19 maio 2023. Disponível em: <https://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia2346.html>. Acesso em: 1 out. 2025.

PARANAGUÁ (Município). **Plano Diretor Municipal de Paranaguá**. Disponível em: <https://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/transparencia/plano-diretor>. Acesso em: dia 13 de dez. 2025.

PEREIRA, J. L. **Hortas urbanas comunitárias em Brasília-DF**. 2015. 86 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Ambiental) — Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/13723>. Acesso em: 10 ago. 2025.

PEREIRA, N.; FRANCESCHINI, S.; PRIORE, S. Qualidade dos alimentos segundo o sistema de produção e sua relação com a segurança alimentar e nutricional: revisão sistemática. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. e200031, 2021.

ROA, M. A. C. **A experiência das hortas comunitárias e familiares na agricultura urbana de Bogotá**: um diálogo desde a teoria da reciprocidade. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/72726>. Acesso em: 01 set. 2023.

RODRIGUES, S. C. A. **Um modelo para a implementação de redes de hortas urbanas**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipvc.pt/handle/20.500.11960/1124>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I. **A terceira margem**: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, M. Z. T. **A segurança e a soberania alimentares**: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. *Configurações*, n. 25, p. 97–111, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.8626>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SILVA, R. B. *et al.* Hortas Domésticas: uma análise dos motivos para o cultivo de hortaliças em Cáceres-MT, Brasil. **Revista de Ciências Agro-Ambientais**, v. 8, n. 1, p. 69-81, 2010.

SMIT, J.; NASR, J.; RATTI, A. Urban Agriculture Yesterday and Today. In: SMIT, J.; NASR, J.; RATTI, A. **Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities**. 2001 edition. The Urban Agriculture Network, Inc., 2001. p. 1–31.

SOUZA, T. O.; BAZZOLI, J. A.; DELGADO, C. (2020). Agricultura urbana e alimentação: hortas urbanas em Palmas-TO. **Revista Brasileira de Direito Urbanística| RBDU**, v. 10, 2020.

TONETTI, E. L.; NUCCI, J. C.; VALASKI, S. Espaços livres na área urbana de Paranaguá (Paraná, Brasil). **REVSBAU**, v. 7, n. 2, p. 37-50, 2012.

APÊNDICE - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Nome:

endereço:

1. Qual a sua idade?

2. Qual o seu gênero?

() Feminino

() Masculino

() Prefiro não informar

() Outro: _____

3. Há quanto tempo você possui uma horta?

4. Quais tipos de cultivos você tem em sua horta?

() Hortaliças (ex: alface, rúcula, couve)

() Ervas aromáticas ou medicinais (ex: alecrim, hortelã, manjeriço)

() Plantas Alimentícias Não Convencionais (ex: ora-pro-nóbis, aroeira, peixinho-da-horta)

() Frutas

Citar cada uma: _____

5. Sobre sua origem, você considera:

() Sempre viveu na área urbana

() Veio da zona rural e hoje vive na área urbana

() Mora nas duas (rural e urbana)

() Outro: _____

6. Você utiliza composteira em sua casa?

() Sim

() Não

Se a resposta for não, teria interesse em fazer compostagem?

(

() Sim ()
) Não

7. Sua horta contribui de alguma forma para sua renda familiar (ex: economia significativa na compra de hortifrúteis)?

() Sim ()
) Não

8. Você já participou de alguma oficina, curso ou projeto sobre hortas, ou agricultura urbana?

() Sim ()
) Não

Se a resposta for não, teria interesse em participar de uma oficina/curso sobre?

() Sim ()
) Não

PERGUNTAS DISCURSIVAS

9. O que te motivou a ter uma horta em casa?

10. A sua forma de pensar o consumo e o alimento mudou depois que começou a cultivar sua horta?

11. Ter uma horta te fez repensar algo sobre a relação entre cidade e natureza?

12. Você sente que cultivar sua horta te torna menos dependente do mercado ou de grandes redes de supermercado?

13. Já trocou ou doou parte do que produziu na sua horta? Com quem?

14. Você prefere consumir/comprar alimentos locais ou da sua região? Por quê?

15. Você costuma reaproveitar materiais (potes, garrafas, madeiras, pneus...) na sua horta? Se sim, quais?

16. Como você se sente quanto está cultivando, plantando, cuidando de sua horta?

17. Você conhece vizinhos, amigos ou familiares que também tenham horta em casa ou participem de alguma iniciativa comunitária relacionada à agricultura urbana?

Quem?